

**JULIANO ÉRIC RIBAS**

**A PASSAGEM DO FEUDALISMO AO CAPITALISMO NA EUROPA OCIDENTAL:  
UMA ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS FEUDAIS**

**Trabalho de graduação apresentado ao  
Curso de Ciências Econômicas, Setor de  
Ciências Sociais Aplicadas, Universidade  
Federal do Paraná.**

**Orientador: Prof. Dr. Claus Magno Germer**

**CURITIBA  
DEZEMBRO 2003**

## SUMÁRIO

1 OBJETIVO.....	01
1.1 TEMA.....	01
1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA.....	01
1.3 OBJETIVO GERAL.....	01
2 JUSTIFICATIVA.....	02
3 OBJETO.....	03
3.1 PROBLEMA.....	03
3.1.1 A ineficiência do feudalismo como “sistema de produção”.....	03
3.1.2 As relações de propriedade no período de transição.....	04
3.2 HIPÓTESE BÁSICA.....	04
4 METODOLOGIA.....	06
4.1 MÉTODO DE ABORDAGEM.....	06
4.2 MÉTODO DE PROCEDIMENTO.....	06
5 EMBASAMENTO TEÓRICO.....	07
5.1 TEORIA DE BASE.....	07
5.1.1 A tese do Materialismo Histórico.....	07
5.1.2 A renda fundiária feudal.....	08
5.2 REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA.....	10
5.2.1 Dobb: definição de feudalismo europeu ocidental.....	10
5.2.2 Dobb: razões do declínio do feudalismo europeu ocidental.....	11
5.2.3 Dobb: demografia e expansão das terras cultiváveis.....	12
5.2.4 Dobb: período de transição e gênese do capitalismo.....	13
5.2.5 Sweezy: crítica à teoria de Dobb.....	14
6 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS FEUDAIS....	15
6.1 PASSAGEM PARA O AFOLHAMENTO TRIENAL.....	15
6.1.1 Origem do afolhamento trienal.....	15
6.1.2 Implementação do afolhamento trienal na zona temperada.....	15
6.1.3 Modalidades do afolhamento trienal.....	17
6.2 APERFEIÇOAMENTO NA ATRELAGEM DO CAVALO.....	18
6.3 SUBSTITUIÇÃO DO BOI PELO CAVALO NOS TRABALHOS AGRÍCOLAS.....	19
6.4 INOVAÇÕES NO ARADO.....	20

<b>6.5 INOVAÇÕES NOS UTENSÍLIOS DE LAVOURA.....</b>	<b>21</b>
6.5.1 Utilização da enxada e da pá.....	21
6.5.2 Difusão e aperfeiçoamentos da grade.....	22
6.5.3 Utilização da foicinha e da foice.....	23
6.5.4 Utensílios e técnicas agrícolas para a debulhada.....	24
<b>6.6 EVOLUÇÃO NO CULTIVO DE PLANTAS.....</b>	<b>24</b>
<b>6.7 CRIAÇÃO DE ANIMAIS.....</b>	<b>26</b>
<b>6.8 TÉCNICAS DE ADUBAÇÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>6.9 TÉCNICAS DE IRRIGAÇÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>7 ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PROPRIEDADE SENHORIAL.....</b>	<b>29</b>
7.1 UTILIZAÇÃO DA PRENSA.....	29
7.2 DIFUSÃO DO MOINHO D'ÁGUA.....	30
<b>8 EVOLUÇÃO NOS TRANSPORTES.....</b>	<b>34</b>
<b>9 FORÇAS PRODUTIVAS FEUDAIS EM PROCESSO.....</b>	<b>37</b>
<b>10 EFEITOS DO DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS FEUDAIS..</b>	<b>39</b>
<b>11 COMUNIDADES URBANAS DA IDADE MÉDIA.....</b>	<b>41</b>
11.1 HIPÓTESES SOBRE A ORIGEM DAS CIDADES MEDIEVAIS.....	41
11.2 ATIVIDADE COMERCIAL E PRODUÇÃO ARTESANAL NAS CIDADES.....	43
11.3 RÁPIDO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES MEDIEVAIS.....	45
11.4 ESTABELECIMENTO DAS BASES PARA A PRODUÇÃO CAPITALISTA.....	46
<b>12 BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>48</b>

## RESUMO

Na Europa Ocidental, em um dado momento de sua história, corresponderam a um determinado nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, relações sociais de produção, ou relações de propriedade, tipicamente feudais (servidão). A partir de então, um contínuo desenvolvimento dessas forças (resultado direto do processo de trabalho) no interior das relações de propriedade existentes, gerou seguidamente, dentro da sociedade feudal, contradições indissolúveis que pressionaram e, em um determinado momento, romperam definitivamente com essas relações de produção, preparando assim o terreno para a formação de novas, agora tipicamente capitalistas. Para se compreender então, mais detidamente, de que modo esse desenvolvimento das forças produtivas feudais afetou as respectivas relações de propriedade, lançando as bases da propriedade capitalista dos meios de produção, realizou-se, no presente trabalho de monografia, uma análise pormenorizada do desenvolvimento das forças produtivas feudais em seus principais elementos constituintes. Dessa maneira, então, pôde-se enfim compreender tanto as inter-relações e articulações da base material da sociedade feudal, como os impactos diretos e indiretos da mesma sobre as estruturas político-sociais existentes. Por fim, o entendimento tanto da articulação dos complexos fenômenos histórico-sociais em sua totalidade viva, como do lugar determinante ali ocupado pela esfera econômica, tudo isso, assim sendo, não seria possível sem a utilização, como frutífero instrumento de trabalho, tanto do conjunto conceptual da teoria do Materialismo Histórico, quanto do método histórico de análise, insubstituíveis e de evidente importância para boa parte das ainda "jovens" Ciências Econômicas.

## 1 OBJETIVO

### 1.1 TEMA

O presente trabalho tem como tema a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental.

### 1.2 DELIMITAÇÃO DO TEMA

Por outro lado, mais especificamente, o mesmo trabalho se deterá na questão do papel do desenvolvimento das forças produtivas na transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental.

### 1.3 OBJETIVO GERAL

Desse modo, procurar-se-á, basicamente, identificar como o desenvolvimento das forças produtivas feudais afetou as respectivas relações de propriedade, lançando as bases da propriedade capitalista dos meios de produção, gerando a contradição típica da transição entre as forças produtivas em mudança e as relações de propriedade cristalizadas.

## 2 JUSTIFICATIVA

Embora o tema da transição aqui tratado exija considerável esforço de pesquisa e análise, sobretudo por abranger um período relativamente longo da História, isso certamente não justificaria a inexistência atual de novas contribuições sobre o assunto, sobretudo aquelas de orientação marxista.

Mas, infelizmente, torna-se hoje evidente um certo desinteresse, sendo que novas elaborações e desenvolvimentos teóricos realmente não se fazem presente.

Portanto, a partir dessa simples constatação, o presente trabalho de pesquisa justifica-se por sua particular tomada de iniciativa, que, partindo de um desenvolvimento teórico já existente, se propõe, refletidamente e dentro dos critérios de cientificidade, à descoberta de novas soluções e elucidações para já velhas questões colocadas.

Ademais, contribui para o meio acadêmico, e mais especificamente para a disciplina de História Econômica Geral, sobretudo por indicar a relevância do instrumental marxista na análise histórica dos fenômenos sócio-econômicos.

Da mesma forma, propõe-se também a acabar com certos preconceitos atuais, buscando chamar mais a atenção para a teoria marxista e, conseqüentemente, para o tema em questão a ela relacionado. Tudo isso, logicamente para aqueles que, antes de tudo, prezam pela coerência e correta adequação da teoria à realidade.

### 3 OBJETO

#### 3.1 PROBLEMA

##### 3.1.1 A INEFICIÊNCIA DO FEUDALISMO COMO “SISTEMA DE PRODUÇÃO”

Dobb, ao procurar uma explicação convincente para o declínio do feudalismo, atenta corretamente (até por uma questão de método) às forças internas do sistema. Basicamente seu argumento é de que: “a ineficiência do feudalismo como um sistema de produção, conjugada às necessidades crescentes de renda por parte da classe dominante” levaram, inexoravelmente, a condições de superexploração da mão-de-obra servil e, conseqüentemente, ao rompimento das relações sociais de produção (fuga dos servos).

Quanto às “necessidades crescentes de renda” (expressas em grande parte na crescente excentricidade da nobreza), Dobb estaria muito provavelmente ligando esse fator a uma forma específica de manutenção das relações de propriedade.

Por outro lado, em relação ao fator “ineficiência do feudalismo como sistema de produção”, parece, à primeira vista, que estaria relacionado a um “não-desenvolvimento” das forças produtivas materiais e do trabalho. Porém, tal interpretação é equivocada, sobretudo porque Dobb restringe a citada ineficiência produtiva a um “sistema de produção” e não a um modo de produção na totalidade. Aquilo que ele quis certamente expressar foi que, na propriedade manorial (expressão formal da servidão como relação social dominante de produção), haveria uma tendência natural a inviabilizar o desenvolvimento das forças produtivas (as inovações técnicas, por exemplo). A respeito disso, Dobb, assim como Sweezy, cita vários exemplos justificativos.

Feita essa consideração, entretanto, não se afirma aqui que o desenvolvimento das forças produtivas não se fez presente. Houve inovações técnicas, porém sua difusão e impacto nas relações de propriedade deram-se, efetivamente, durante longos períodos de tempo (sobretudo para a Alta Idade Média).

Caso Dobb esteja correto, e todo desenvolvimento das forças produtivas foi inviabilizado ou de certa forma lento, a única possibilidade de crescimento para o

sistema feudal, inicialmente, esteve na simples reprodução quantitativa das propriedades manoriais (ou, dito de outra forma, das próprias relações de produção existentes) até atingir um certo limite, definido este basicamente pelo fator terra (existência de áreas ainda não cultivadas). Tal fenômeno corresponderia ao período feudal que vai até o final do século XIII, com o rompimento definitivo das relações sociais de produção, e poderia ser encarado como uma fase particular de desenvolvimento do feudalismo.

### 3.1.2 AS RELAÇÕES DE PROPRIEDADE NO PERÍODO DE TRANSIÇÃO

Quanto ao desenvolvimento das forças produtivas, dentro da fase posterior, caracterizada pela inexistência da servidão e rápido crescimento dos centros urbanos, pode-se assegurar, devido à grande expansão da produção e do comércio à época, uma feliz continuidade das inovações técnicas. É o caso, por exemplo do século XV, rico em inovações e invenções.

Por outro lado, é importante observar nesse período que o desaparecimento da servidão não implicou no aparecimento imediato de novas relações de propriedade capitalistas. Aquilo que ocorreu foi a manutenção do regime de propriedade anterior, entretanto, começando a sofrer um processo de mudança em face de contratos de trabalho e arrendamentos de terra. Portanto, é nessa fase do feudalismo que será possível observar mudanças nas relações de propriedade. Porém, é essencial saber como essas mudanças (que forneceram as bases para a propriedade capitalista) se deram pelo impacto do desenvolvimento das forças produtivas. É essa, portanto, a questão principal a ser elucidada por esse trabalho de pesquisa.

## 3.2 HIPÓTESE BÁSICA

Na Europa Ocidental, em um dado momento de sua história, corresponderam a um determinado nível de desenvolvimento de suas forças produtivas, relações sociais de produção ou relações de propriedade tipicamente feudais.



A partir de então, o contínuo desenvolvimento dessas forças (pelo processo de trabalho) no interior das relações de propriedade, gerou continuamente, dentro da sociedade feudal, contradições que pressionaram e, em determinado momento, romperam definitivamente com as relações existentes, preparando então o terreno para a formação de novas, tipicamente capitalistas.

## 4 METODOLOGIA

### 4.1 MÉTODO DE ABORDAGEM

Para a análise e classificação dos fenômenos sócio-econômicos (apreendidos em seu devir) será utilizado, como instrumento de trabalho, o conjunto conceptual da teoria do Materialismo Histórico.

Por outro lado, para o estudo pormenorizado de uma formação sócio-econômica específica, como o feudalismo europeu ocidental, será tomado, como princípio norteador, o conceito de Modo de Produção Feudal.

### 4.2 MÉTODO DE PROCEDIMENTO

A abordagem do tema da presente pesquisa será feita, basicamente, por meio da utilização do método histórico de análise.

## 5 EMBASAMENTO TEÓRICO

### 5.1 TEORIA DE BASE

#### 5.1.1 A TESE DO MATERIALISMO HISTÓRICO

Torna-se imprescindível, para uma análise histórica dessa envergadura, indicar claramente, evitando assim perder-se numa multiplicidade de fatos, os princípios teóricos e correlata abordagem que, enfim, nortearão e darão forma final ao presente trabalho de pesquisa.

Assim sendo, para o tema da transição do feudalismo para o capitalismo na Europa Ocidental, adotou-se o ponto de vista marxista dado à história econômica, cuja tese do Materialismo Histórico bem o sintetiza (do prefácio de “Para a Crítica da Economia Política”), nas palavras de Marx:

(...) na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevem então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma formação social nunca perece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas para as quais ela é suficientemente desenvolvida, e novas relações de produção mais adiantadas jamais tomarão o lugar, antes que suas condições materiais de existência tenham sido geradas no seio mesmo da velha sociedade. É por isso que a humanidade só se propõe as tarefas que pode resolver, pois, se se considera mais atentamente, se chegará à conclusão de que a própria tarefa só aparece onde as condições materiais de sua solução já existem, ou, pelo menos, são captadas no processo de seu devir. Em grandes traços podem ser caracterizados, como épocas progressivas da formação econômica da sociedade, os modos de produção: asiático, antigo,

feudal e burgues moderno. As relações burguesas de produção constituem a última forma antagônica do processo social de produção, antagônicas não em um sentido individual, mas de um antagonismo nascente das condições sociais de vida dos indivíduos; contudo, as forças produtivas que se encontram em desenvolvimento no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais para a solução deste antagonismo. Daí que com esta formação social se encerra a pré-história da sociedade humana (MARX, 1978, p.129-30).

### 5.1.2 A RENDA FUNDIÁRIA FEUDAL<sup>1</sup>

Por outro lado, para se compreender como o feudalismo europeu ocidental pôde manter-se, e também se perpetuar, virá apresentado a seguir, de forma sucinta, o conceito básico de renda fundiária feudal.

A renda fundiária no Modo de Produção Feudal pode ser encontrada sob três formas básicas: renda paga em trabalho, renda paga em produto e renda paga em dinheiro. Estas, por sua vez, nessa ordem, apresentam uma certa linha evolutiva onde, no entanto, não se pressupõe a supressão, quando de uma forma nova, da forma antiga. Muitas vezes, aparece a forma antiga ainda coexistindo com a nova.

Por outro lado, tem-se para essas três formas assumidas da renda fundiária feudal uma particularidade em comum, ou seja, representam elas o mesmo fruto de trabalho excedente não pago ao produtor direto, identificado este portanto diretamente com a mais-valia no capitalismo.

Esse trabalho não pago, por sua vez, vem determinado a partir das relações de produção feudais, onde, como relação social dominante, aparece a dominação e coerção extra-econômica sobre o produtor direto. O camponês tem a posse dos meios de produção, mas não a propriedade da terra, uma vez que paga pelo seu uso por pertencer, por tradição e juridicamente, ao senhor feudal.

Quanto à forma mais simples e mais antiga da renda fundiária, a renda paga em trabalho, representa esta basicamente o que vem expresso no regime de corvéia. O produtor direto divide seu tempo seja trabalhando sua terra, tirando o necessário para seu sustento e repondo seus meios de trabalho (trabalho necessário), seja trabalhando o domínio senhorial, fornecendo trabalho de graça para o proprietário da terra (trabalho excedente).

---

<sup>1</sup> Texto baseado no conteúdo do capítulo XLVII do livro 3 d'O capital: "Gênese da renda fundiária capitalista".

A divisão do tempo entre trabalho necessário e trabalho excedente apresenta-se, por sua vez, de uma forma fixa e imutável, pois, geralmente, vem esta determinada segundo as tradições e os costumes, sendo que o próprio senhor feudal dificilmente pode alterá-la.

Quanto à renda paga em produto, continua nesta não se alterando em nada a essência da renda fundiária. Esta permanece ainda como trabalho excedente não pago ao produtor direto. Entretanto, nessa forma, o camponês não mais trabalha a terra de seu senhor e o trabalho excedente realiza-se na área que lhe pertence de fato. Desse modo, o trabalho do produtor para si e para o proprietário da terra não mais se divide, de maneira palpável, no tempo e no espaço.

Por outro lado, torna-se o camponês mais responsável pela sua produção, gerando ele mesmo o produto agrícola excedente que representa a nova forma assumida da renda. Também para ele, presume-se aqui um estágio cultural superior e um mais alto nível de desenvolvimento de seu trabalho. Decorrente disso, empreende este, com mais tempo de sobra, a sua indústria e agricultura domésticas, fabricando seus próprios meios de produção, permitindo inclusive uma certa acumulação e chegando próximo, enfim, a uma quase independência econômica (economia natural).

Quanto à renda paga em dinheiro, não se alteram com esta em nada as condições de produção encontradas na renda-produto. A única e principal diferença aqui encontrada diz respeito tão-somente ao fato de se transformar o produto agrícola em mercadoria, ou seja, vendendo-o forçosamente no mercado. Logicamente essa conversão de renda-produto em renda-dinheiro pressupõe, da sua parte, um considerável desenvolvimento do comércio, dos centros urbanos e, enfim, da circulação monetária.

Por outro lado, quando se procede enfim à mudança para a renda-dinheiro, se é inevitavelmente levado às condições externas de insegurança e manipulação do mercado. Nesse sentido, quando ela surge, a estrutura feudal passa a encontrar-se desde já seriamente ameaçada. Por outro lado, mostra-se essa também como a última forma assumida pela renda fundiária sob o Modo de Produção Feudal.

Finalmente então, o camponês, devido a condições históricas específicas, perdendo a posse da terra, tornou-se então um trabalhador agrícola assalariado, dissociado totalmente das condições de produção, ou ainda (em menor grau),

tornou-se ele mesmo um pequeno proprietário, fazendo trabalhar para si outros camponeses livres (jornaleiros).

A figura do capitalista, por sua vez, em uma fase posterior, investindo na agricultura, começou a pagar então, em contrapartida ao uso da terra, uma renda ao proprietário (entretanto, não mais identificada com aquela renda típica feudal) e a contratar mão-de-obra livre assalariada. Assim sendo, o que era um excedente de produção no feudalismo, tomando a forma de renda fundiária feudal, passou para o capitalismo tomando a forma de lucro capitalista de produção (mais-valia).

## 5.2 REVISÃO DA BIBLIOGRAFIA

### 5.2.1 DOBB: DEFINIÇÃO DE FEUDALISMO EUROPEU OCIDENTAL

Dobb procura dar um significado exato ao termo feudalismo e rejeita, de antemão, as definições que o identificam a uma relação contratual entre servos e senhores feudais (aspecto jurídico), ou ainda a uma economia natural, auto-suficiente, de produção para o uso.

Argumenta, basicamente, que em ambos os casos não se evidencia o fato de a servidão (aspecto fundamental do feudalismo) apresentar-se como relação social dominante. Para Dobb, o significado de feudalismo deve ser procurado não na relação entre vassalo e suserano ou entre produção e destinação do produto, mas na relação entre produtor direto e senhor feudal.

Sendo assim, identifica na essência do feudalismo o que “em geral se entende por servidão” (DOBB, 1983, p.27), ou seja, obrigações impostas ao produtor direto pelo uso da força (militar ou dos costumes) e contra sua vontade, seja na forma de serviços a prestar ou taxas a pagar, satisfazendo então as exigências econômicas de um senhor.

Ademais, Dobb descreve características mais específicas do feudalismo europeu ocidental, conforme a seguir: um baixo nível de técnica, no qual os instrumentos de produção são simples e em geral baratos; ato de produção tem caráter em grande medida individual; a divisão do trabalho mostra-se em nível bem primitivo de desenvolvimento; produção para as necessidades imediatas do domicílio ou comunidade de aldeia, e não para um mercado mais amplo; cultivo da

propriedade senhorial por prestação de serviços compulsória; descentralização política; posse condicional da terra pelos senhores baseada em algum tipo de ocupação da mesma por serviços por eles prestados e, mais geralmente, com a posse por um senhor com funções judiciárias ou semi-judiciárias em relação com a população dependente.

### 5.2.2 DOBB: RAZÕES DO DECLÍNIO DO FEUDALISMO EUROPEU OCIDENTAL

Dobb critica os teóricos do declínio do feudalismo que vêem no renascimento do comércio (e na crescente circulação monetária) na Europa Ocidental do século XI, a principal causa do rompimento das relações de produção existentes.

Dada uma necessidade crescente de renda adicional por parte da classe dominante feudal, aliada às possibilidades e interesses em redirecionar a produção manorial para o mercado, as conseqüências, a partir das trocas efetuadas, levariam em última instância à comutação das obrigações servis em arrendamento de terra ou trabalho assalariado.

Contra essa posição, Dobb argumenta que o desenvolvimento do comércio poderia levar tanto a uma mudança nas relações de produção, quanto a uma intensificação dos laços de servidão. Prova disso, segundo ele, evidencia-se na própria história feudal. Houve casos de afrouxamento das obrigações servis, que levaram inclusive ao pagamento em dinheiro por serviços prestados, como houve também casos de intensificação da servidão, ou mesmo seu ressurgimento dependendo da região.

Para Dobb, entretanto, o segundo caso é o mais geral. Cita ele como exemplo o recrudescimento do feudalismo na Europa Oriental que, acompanhando o desenvolvimento do comércio, acarretou não a dissolução do feudalismo, mas a intensificação da servidão, além de uma maior pressão da classe dominante sobre os camponeses.

Feita essa crítica, Dobb insiste em buscar a seqüência causai dos acontecimentos não a partir da esfera de trocas entre a economia senhorial e o mundo externo, mas a partir das forças internas ao sistema e indica, como responsável pelo declínio do feudalismo, sua própria "ineficiência como sistema de

produção, conjugada às necessidades crescentes de renda por parte da classe dominante" (DOBB, 1983, p.32).

Nesse sentido, como a única possibilidade de satisfazer essas necessidades por uma maior renda era aumentando a exploração do camponês mediante um aumento do tempo de trabalho (além das necessidades do produtor, resultando em maior excedente econômico), chegaria-se a níveis insuportáveis de exploração (pressupondo-se que a produtividade do trabalho permanecesse inalterável) que, além disso, combinado com as novas oportunidades que surgiam nas cidades, levaria a uma deserção em massa do campo.

Dobb comprova isso historicamente e indica que a conseqüente escassez de mão-de-obra no campo, agravada ainda mais pelo declínio populacional a partir do século XIV e pela peste, levou inexoravelmente a um abrandamento da servidão, senão à comutação das obrigações servis em arrendamento de terra ou trabalho mediante pagamento em dinheiro.

### 5.2.3 DOBB: DEMOGRAFIA E EXPANSÃO DAS TERRAS CULTIVÁVEIS

Por outro lado, toda essa necessidade crescente de renda pela classe dominante foi parcialmente suprida ao mesmo tempo em que houve considerável aumento populacional (séculos XII e XIII) combinado, logicamente, com a possibilidade de cultivo de novas terras.

Porém, tal fenômeno limitou-se somente a certas regiões nas quais coincidiram aumento populacional e existência de terras cultiváveis. Além disso, segundo Dobb, há evidência suficiente de escassez de terras em toda Europa Ocidental já ao final do século XIII, o que sugere que o aumento demográfico precedente esgotara as terras ociosas que anteriormente havia.

Ademais, no início do século XIV, a população da Europa Ocidental estacionou, ou até declinou, provavelmente devido a quedas de produtividade do trabalho nas terras camponesas, ou ainda, a maiores imposições feudais sobre o campesinato (vivendo em péssimas condições).

Como conseqüência disso tudo houve uma crise feudal no século XIV, uma retração da renda e uma redução da área cultivada total, pressionando ainda mais o



fenômeno migratório em direção às cidades e, além disso, obrigando senhores feudais a fazer novas concessões a seus servos.

#### 5.2.4 DOBB: PERÍODO DE TRANSIÇÃO E GÊNESE DO CAPITALISMO

De acordo com Dobb, nos séculos XIV e XV, posteriores portanto ao colapso do feudalismo, pode-se vislumbrar claramente um período de transição, não-feudal e não-capitalista, de características particulares.

Esse período, em relação ao anterior, diferia essencialmente por não mais apresentar, como relação social dominante, a servidão, já extinta na Europa Ocidental desde o início do século XIV.

Por outro lado, apesar de a servidão não mais existir (cedendo lugar a arrendamentos de terra e contratos de trabalho), as formas de propriedade continuavam as mesmas e o poder político encontrava-se nas mesmas mãos.

Nesse sentido, a atitude camponesa (fuga) frente à opressiva ordem feudal não acarretou, logicamente, o desaparecimento simultâneo das antigas relações de propriedade, assim como não constituiu de pronto novas relações sociais de produção, tipicamente capitalistas.

Trata-se de uma importante percepção para o período em questão, pois essas relações de propriedade determinariam ainda, em grande medida (mediante os costumes e as tradições), o rumo dos acontecimentos posteriores.

Para Dobb, portanto, o declínio do feudalismo não implicou na ascensão simultânea do capitalismo. Essa ligação não se deu de forma direta.

Nesse período de transição manteve-se em grande medida certas características anteriores e sobretudo um determinado antagonismo de classes que, por sua vez (quando do desenvolvimento da base econômica), determinaria o rumo dos acontecimentos que levariam por fim ao surgimento do capitalismo.

Portanto, decorrente disso tudo: dissociação do produtor direto de seus meios de produção, existência do trabalho assalariado, renascimento das cidades, passagem para novas formas de organização do trabalho, e ainda, produtor na figura do capitalista e comerciante; enfim, de todos esses fatores se chegaria, inevitavelmente (sobretudo a partir da segunda metade do século XVI), à configuração de novas relações sociais de produção, tipicamente capitalistas.

### 5.2.5 SWEEZY: CRÍTICA À TEORIA DE DOBB

Em sua crítica endereçada a Dobb, Sweezy (1972, cap. 1) procura demonstrar, a seu ver, o papel crucial do desenvolvimento do comércio como o elemento dinâmico que teria concorrido para mudanças significativas no sistema feudal, assim como para seu posterior declínio.

Nesse sentido, compartilha ele essencialmente da conhecida tese de Pirenne, a saber: a retomada geral das navegações no mediterrâneo (século XI) e conseqüentemente das relações de comércio naquele mar, interrompidas por ocasião das conquistas árabes (século VII), teria levado inevitavelmente ao amadurecimento e declínio do feudalismo.

De acordo com essa idéia básica, Sweezy vislumbra o grande comércio da época (comércio a longa distância) como a força criadora (externa) que acabaria por engendrar um sistema de produção para a troca. Esse sistema, por sua vez, teria coexistido com um sistema de produção para o uso, anteriormente praticado, levando-o inevitavelmente à obsolescência.

Segundo Sweezy, a característica fundamental do sistema feudal era a de não revolucionar métodos e relações de produção, definindo-o basicamente como um sistema totalmente estático, apesar de relativa instabilidade e insegurança crônicas. A ineficácia da organização manorial de produção contrastaria, portanto, com uma especialização crescente praticada nos centros urbanos, em franca expansão. Tal especialização teria levado finalmente o feudalismo à ruína.

Por sua vez, o crescimento das cidades e as melhores condições de vida ali encontradas teriam fornecido enfim as boas oportunidades que levariam, finalmente, à migração em massa dos servos das então atrasadas e decadentes unidades feudais de produção.

## 6 ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS FEUDAIS<sup>1</sup>

### 6.1 PASSAGEM PARA O AFOLHAMENTO TRIENAL

#### 6.1.1 ORIGEM DO AFOLHAMENTO TRIENAL

A origem do afolhamento trienal (ou sistema de rotação de culturas em três campos) não é de fácil determinação. No entanto, as primeiras referências escritas já datam do século VIII (765 e 771), para o cultivo de terras ao norte do Loire e se referindo sobretudo ao afolhamento trienal do tipo “livre”.

Ademais, certas inovações técnicas de longa data contribuíram também para sua configuração. Conforme cita Bath: “Plínio (século I d.C.) narra que os camponeses dos arredores de Trier, no seu tempo, e por simples casualidade, tinham, após algumas experiências, verificado que, depois dos reveses sofridos no caso dos cereais de inverno semeados (em consequência dos rigores hiemais), no mês de Março seguinte era possível proceder-se a nova sementeira” (BATH, 1960, p.62).

Por outro lado, quanto às plantas cultivadas pelo afolhamento trienal, eram estas “(...) já conhecidas há muito tempo na zona temperada intermédia: o trigo e a cevada de certeza já antes do ano 2000 a.C.; a aveia, entre 800 e 400 a.C.; e o centeio, no tempo dos Romanos (princípios da nossa era – 200 d.C.)” (BATH, 1960, p.62).

#### 6.1.2 IMPLEMENTAÇÃO DO AFOLHAMENTO TRIENAL NA ZONA TEMPERADA

A grande inovação agrícola da Idade Média, na Europa Ocidental temperada, foi certamente a implementação do afolhamento trienal. Esse, por sua vez, se desenvolveu seja sobre o afolhamento bienal mediterrâneo, seja sobre os sistemas de cultura temporária.

Tal inovação, em todo o caso, considerada enfim como um modelo ideal, não se apresentou desde sempre de fácil aplicação, sobretudo em razão do grande

---

<sup>1</sup> A maior parte do conteúdo desse capítulo teve como base as informações colhidas de Parain (1979, cap. 3).

número de fatores que entravam em jogo na agricultura. Disso, atesta a variedade de combinações que, muito embora, tendiam ainda assim ao modelo de afolhamento trienal.

Por outro lado, o afolhamento bienal (alternância anual de cultura e pousio) não desapareceu e acabou se restringindo, por razões de adaptação a certos tipos de clima, sobretudo ao extremo norte europeu (que cultivava somente cereais de verão) e à bacia mediterrânea (que cultivava principalmente cereais de inverno).

Além do mais, para determinadas regiões, houve exemplos tardios de um retorno ao afolhamento bienal, sobretudo devido a condições históricas específicas relacionadas provavelmente a uma maior necessidade de campos de pastagem. Sabidamente, para o afolhamento bienal, os terrenos de pousio eram mais extensos.

No início da Idade Média, então, coexistiram o afolhamento bienal, difundido largamente na Gália e na Inglaterra (legado das legiões romanas) e os sistemas primitivos de cultura temporária. Nestes últimos, a floresta vinha posta em cultura tanto por arroteamento definitivo como por ocupação temporária de lugares onde se procedia à queimada para fertilizar a terra.

A grande novidade quanto ao afolhamento trienal era o cultivo em regime de três campos onde se sucediam regularmente um cereal de inverno (trigo ou centeio), um cereal (cevada ou aveia) ou outra cultura de primavera e o descanso da terra (pousio). Predominou na maior parte da Europa Ocidental de clima temperado-úmido, ou seja, na França, norte do Loire, na Inglaterra e, em pequena medida, nos Países Baixos.

Devido ao fato de apresentar uma produção total consideravelmente maior e um aumento populacional relacionado, este último pode ter sido, freqüentemente, uma razão determinante para sua real difusão.

Ademais, o afolhamento trienal apresentava vantagens puramente agrícolas de grande valor. No geral, essas vantagens diziam respeito sobretudo a um aumento no volume de produção devido, obviamente, a um uso mais intensivo do solo. Enquanto que, no afolhamento bienal metade das terras permanecia sempre em pousio, no trienal ocorria isso apenas para uma terça parte.

Por outro lado, os riscos de péssimas colheitas em razão do clima eram consideravelmente atenuados uma vez que elas se encontravam repartidas sobre duas culturas, uma de outono e outra de primavera, cujas condições de crescimento

e de colheita eram diferentes. Além disso, o afolhamento trienal introduziu uma melhor repartição dos trabalhos agrícolas durante o ano, tanto para as lavras e sementeiras como para as colheitas.

Os romanos haviam já pressentido essas vantagens, mas a impossibilidade de desenvolver sistematicamente as culturas de primavera, em razão do clima, os impediam de implantar um verdadeiro afolhamento trienal.

No mais, é importante citar que, quando da implementação do afolhamento trienal, tornou-se enfim possível substituir bois por cavalos como animais de tiro. Para o afolhamento bienal, tornava-se quase impossível manter cavalos devido ao fato de os terrenos comunais não serem suficientes para sua alimentação. Porém, na passagem para o afolhamento trienal, a ração para o cavalo vinha garantida pelo aumento da produção de cereais de verão (em especial da aveia).

Quanto ao inconveniente que apresentava o afolhamento trienal em reduzir as superfícies disponíveis para o pasto, e conseqüentemente as possibilidades de criação de outros animais, sem dúvida isso não foi muito levado em consideração ali onde as florestas e os pastos comunais encontravam-se em abundância.

### 6.1.3 MODALIDADES DO AFOLHAMENTO TRIENAL

Em relação ao afolhamento trienal, é possível distinguir ainda duas modalidades: “livre” e “regulamentada” (esta última para os chamados *open fields*, parcelamento por faixas sem habitação e com lugarejo - a partir do século VI).

O afolhamento trienal “livre” foi necessariamente anterior ao “regulamentado”. Nesse, não havia quaisquer restrições e cada camponês era livre para cultivar as plantas por ele próprio escolhidas (incluía-se aqui freqüentemente uma certa quantidade de leguminosas). Os terrenos de pousio e os prados (lugares que eram cercados e onde pastava o gado) encontravam-se no meio dos campos.

Quanto ao afolhamento trienal “regulamentado” (*Flurzwang* ou *assolement forcé*), é fato que tenha ocorrido em certas regiões que conheceram um relevante crescimento populacional e que, portanto, levou-se a configurar também por força da necessidade.

Nesse sistema, os camponeses não eram livres para dispor das terras de cultivo de que faziam uso e deviam, de acordo com as convenções tomadas pela

comunidade, cultivar segundo critérios estabelecidos (cultivo conjunto de determinado campo, ou folha, durante certo período - obrigação de folha).

Por outro lado, é interessante notar que em caso algum, seja na Inglaterra quanto na França ou Alemanha, sucedeu esse sistema anteriormente ao século XII ou XIII, sendo que na maioria das regiões foi de data mais recente.

Nesse sentido, pode-se concluir que o tipo “regulamentado” tem estreita ligação com o aumento populacional ocorrido, redundando em arroteamento dos terrenos não cultivados (alargamento dos solos de cultivo) e, conseqüentemente, redução relativa das pastagens para o gado crescente. Disso, a necessidade que se criou de alargar os pastos, levou a uma inevitável racionalização do uso do solo, restringindo portanto a liberdade anterior do camponês individual e determinando uma nova maneira de cultivo.

Outro fato de relevância foi que, em virtude de novos arroteamentos de terrenos não explorados, passou-se da utilização do gado miúdo (porcos, ovelhas, cabras), preponderante na época carolíngia e apropriado para prover sua alimentação em terrenos baldios e bosques, para a utilização do gado graúdo, adaptado às novas condições de utilização dos solos de cultivo como terrenos de pastagem.

## 6.2 APERFEIÇOAMENTO NA ATRELAGEM DO CAVALO

Somente após o século X é que se começou a substituir sistematicamente o boi pelo cavalo nos trabalhos agrícolas. A razão disso é simples: não se podia atrelar eficazmente o cavalo à charrua (arado de rodas) antes que fosse desenvolvido o colar de atrelagem moderno (jugo de pescoço fixo de madeira em forma de caixilho - cabresto).

No modo de atrelagem antigo, o cavalo puxava a charrua com um colar de couro flexível que, apoiando-se sobre o pescoço no lugar onde passa a traquéia, dificultava sua respiração. Dessa maneira, o cavalo era impedido de empregar toda sua força, diminuindo assim sua eficiência.

O colar rígido moderno, ou jugo de pescoço fixo de madeira, repousando sobre os ombros do animal, apresentou-se finalmente como um modo de atrelagem

racional e eficaz. Essa novidade, por sua vez, foi trazida do nordeste da Ásia entre os séculos V e VIII.

### 6.3 SUBSTITUIÇÃO DO BOI PELO CAVALO NOS TRABALHOS AGRÍCOLAS

Para os trabalhos agrícolas mais penosos o homem sempre teve a ajuda, desde os tempos mais remotos, da tração animal. Desse modo também durante o período da Idade Média o arado ou a charrua (arado de rodas) vinha puxada pelo boi ou, quando em regiões muito pobres, inclusive pela vaca e pelo asno. Mas, no geral, o boi permaneceu como o animal de trabalho por excelência, entretanto, somente até o momento em que surgia uma grande novidade: a utilização do cavalo.

No início do século IX, o boi aparece ainda como o animal de trabalho habitual, sendo inclusive utilizado para os carretos. O cavalo, por sua vez, vinha reservado para os homens e para as bagagens. Porém, a partir do século XI, o cavalo já começa a ser adotado como animal de trabalho, como por exemplo, na região norte da França. Para os séculos seguintes torna-se enfim predominante e, ao final do século XV, o boi não é que muito raramente citado como animal de tiro.

Porém, para se compreender essa substituição do boi pelo cavalo nos trabalhos agrícolas, deve-se atentar antes de tudo para duas condições de relevância: o aperfeiçoamento na atrelagem do cavalo e a substituição do afolhamento bienal pelo trienal.

Sendo assim, somente depois que começou efetivamente a se difundir um novo modo de atrelagem para o cavalo é que se pôde aproveitá-lo, de forma mais eficiente, como animal de tiro puxando assim uma carga mais pesada (charrua). Por outro lado, sua utilização crescente dependia também da adoção do afolhamento trienal, de forma a garantir a ração para o animal, propiciada sobretudo pelo aumento da produção de cereais de primavera e, em especial, da aveia. No afolhamento bienal, por sua vez, era quase impossível manter cavalos, também devido ao fato de os terrenos comunais não serem suficientes para sua alimentação.

No que concerne as principais vantagens na substituição do boi pelo cavalo pode-se citar uma maior força de tiro e uma maior rapidez para os trabalhos agrícolas, redundando logicamente em aumento da produtividade do trabalho. Os agrônomos franceses do século XVI, por exemplo, estimavam que um cavalo

costumava fazer em um dia tanto trabalho que o feito por três ou mesmo quatro bois, comprovando assim sua eficiência.

Apesar dessas vantagens, observava-se entretanto um maior custo para a manutenção de um cavalo, calculado em três ou quatro vezes a mais que para um boi, o que muito embora não era levado em consideração. A respeito disso, pode-se mencionar que, nas regiões temperadas úmidas, os agricultores, freqüentemente pressionados pelo tempo, preferiam muito mais se meter em gastos arriscados do que se atrasar em seus trabalhos.

#### 6.4 INOVAÇÕES NO ARADO

Na Idade Média, os arados eram basicamente de dois tipos: arado deslizante (*araire*) sem aiveca, e arado de rodas pesado (*charrue*) com aiveca. Enquanto o primeiro tornou-se típico do sul e do norte da Europa Ocidental, o segundo aparecia principalmente na região intermediária, de clima temperado e úmido.

Para a cultura de cereais sob o domínio romano, em grandes extensões de terra, foi o arado deslizante mediterrâneo que primeiramente tinha sido empregado e sobrevivido durante muito tempo.

Em relação às inovações observadas no arado durante esse período, pode-se citar, basicamente, entre as mais diversas encontradas, a aparição e difusão das rodas e a aparição e generalização da aiveca.

Quanto ao arado de rodas (ou charrua), as condições favoráveis para sua aparição parecem ter sido realizadas ao norte dos Alpes, pouco antes ou no começo de nossa era: solos pesados, clima temperado e úmido, utilização do arado com dois punhos e associação do veículo de quatro rodas aos trabalhos agrícolas. Assim, de acordo com dados lingüísticos, constata-se que a charrua vinha utilizada de forma considerável na Europa central já durante o século VI.

Vantagem especial da charrua, além de possibilitar uma economia de tempo, era que podia dar mais peso e largura ao trabalho da relha (maior potência), além de controlar melhor o peso sobre esta em razão dos pontos de apoio (rodas).

Quanto à aiveca (*versoir*), é difícil precisar o momento em que esta fez sua primeira aparição e, além do mais, também é difícil saber a partir de quando passou



a ser utilizada juntamente com as rodas. Aparece, no entanto, já na Alemanha durante o século XIV, no norte da França no século XV e na Inglaterra nos séculos XIV e XV.

No início tratava-se de uma simples prancha de madeira plana que provavelmente não era de muita eficiência, sobretudo para terrenos muito pedregosos, e por causa disso, devido ao seu estado primitivo, somente chegou a ser devidamente utilizada ao final da Idade Média.

Particular configuração para o arado de rodas é aquela que utiliza somente uma aiveca fixa. Nesta, o resultado final eram terrenos cultivados com um aspecto abaulado, o que era ideal para o escoamento de águas em climas tipicamente úmidos.

Apesar das inovações que levaram do arado à charrua, houve uma certa resistência ao veículo mais primitivo. Por um lado, havia a questão dos maiores custos da charrua e, por outro, o fato de a pequena exploração muitas vezes ser obrigada a conservar o arado ao passo que a grande exploração possuía os meios de adquirir um arado pesado de rodas. Também vinha conservado para a execução de trabalhos mais leves, complementando o trabalho da charrua, e, além do mais, podia ser transportado mais comodamente sobre o lombo de um animal ou veículo.

Os progressos técnicos no arado tiveram por efeito melhorar a qualidade e aumentar a quantidade dos trabalhos agrícolas. Houve avanços nos cuidados dados à terra mediante uma multiplicação contínua dos trabalhos que se fez no geral em duas etapas: a primeira, entre o século XI e XIII, em que se passou de dois para três trabalhos para as sementeiras de inverno; a segunda, no século XV, no momento em que o número de trabalhos para as sementeiras de inverno foi elevado a quatro enquanto que, para as sementeiras de primavera, a dois.

## 6.5 INOVAÇÕES NOS UTENSÍLIOS DE LAVOURA

### 6.5.1 UTILIZAÇÃO DA ENXADA E DA PÁ

Era prática comum, sobretudo na Alta Idade Média, o trabalho com pás e enxadas, uma vez que o camponês tanto não possuía domínios suficientemente

amplos para manter uma charrua, como necessitava também trabalhar campos de difícil acesso para o arado.

A enxada vinha largamente utilizada, desde os tempos romanos, nas regiões meridionais, sobretudo devido a sua melhor adaptação aos solos rochosos. No entanto, para solos compactos e homogêneos, típicos da zona temperada, a utilização da pá, dando melhores resultados, veio ali muito difundida.

Além do mais, a utilização da pá oferecia uma vantagem considerável, pois podia ser fabricada com menores custos seja inteiramente em madeira, seja com um simples revestimento de ferro na parte inferior.

Para a pá, também pode-se notar uma série de aperfeiçoamentos. Em especial, surgiu a partir da metade do século XIV, difundindo-se consideravelmente até o final do século XVI, um novo tipo de pá de ferro, mais estreita e longa que a pá comum, propiciando esta um melhor rendimento nos trabalhos.

Por outro lado, em razão de avanços na metalurgia e da crescente produção de ferro, ocorreu ao final da Idade Média uma substituição da madeira pelo ferro nas pás e inclusive na fabricação crescente de garfos de palha ou de estreme.

### 6.5.2 DIFUSÃO E APERFEIÇOAMENTOS DA GRADE

Os romanos já conheciam a grade moderna e no entanto faziam dela um uso restrito: particularmente para arrancar e recolher as ervas daninhas. Na Idade Média, entretanto, passou a ser utilizada também com outras finalidades, como cobrir as sementes, quebrar torrões de terra e igualar um terreno trabalhado. Também, para esse mesmo período, mostrava outras vantagens (relacionadas à utilização da charrua para os mesmos fins) como cobrir as sementes com maior rapidez assim como reparti-las mais eqüitativamente.

A grade moderna encontrou uma plena e larga utilização na Europa Ocidental temperada, mas não se difundiu muito rapidamente, sobretudo em razão de ser um instrumento relativamente custoso. Sendo assim, muitos camponeses pobres continuavam a empregar outros meios. Para quebrar os torrões de terra, por exemplo, utilizavam malhos de madeira e para limpar o terreno arrastavam sobre ele feixes de espinhos.

A despeito disso, desde a Alta Idade Média, a grade lentamente começou a se difundir assim como a assumir novas formas as quais implicavam ganhos de eficiência. De início ela foi quadrangular para que então, finalmente no século XVI, chegasse à sua forma final triangular, o que constituía sem dúvida um progresso considerável por ser mais manejável. Quanto à grade trapezoidal, parece ter sido uma forma de transição entre a quadrangular e a triangular, sendo esta empregada pelo menos desde o século XV. Ademais, era fabricada tanto em madeira quanto em ferro.

Por outro lado, a grade apresentava um maior rendimento quando atrelada a um cavalo, ou até dois, pois necessitava ser conduzida com uma boa velocidade para que exercesse, então, uma mais forte ação sobre os torrões de terra. Por essa razão, os cavalos lhe convinham melhor que os bois, em virtude de lhe permitir um máximo de rendimento. Por sua vez, o emprego dos cavalos nos trabalhos agrícolas contribuiu em muito para o sucesso desse importante instrumento, sobretudo nas regiões temperadas úmidas.

### 6.5.3 UTILIZAÇÃO DA FOICINHA E DA FOICE

Na Idade Média, ao passo que perdiam uso dois utensílios anteriormente utilizados na colheita (*peigne à moissonner* e *moissonneuse*, este derivado daquele), passou-se a empregar um novo tipo de foicinha dentada que, por sua vez, foi uma variação aperfeiçoada de uma antiga foicinha romana.

Sua função básica era a de fazer um corte nos cereais a meia altura. Feito isso, o restolho que permanecia acabava servindo para diversos fins: alimentar as bestas no local, cobrir as construções, servir de leito, servir de alimentação para os animais do estábulo ou, ainda, esquentar os fornos. Além do mais, aconselhava-se também de enterrá-lo com a charrua, fertilizando assim novamente a terra.

No período final da Idade Média, assistiu-se então a um novo procedimento para a colheita: a utilização da foice, esta anteriormente reservada somente para o corte de feno. Sua maior eficiência nos trabalhos era óbvia e, no entanto, ela primeiramente serviu somente para cortar os restolhos que sobravam da colheita.

Na realidade, a substituição na colheita da foicinha pela foice encontrou, desde a Idade Média até o século XIX, barreiras (jurídicas) muito difíceis de se

superar. Isso porque, nas regiões onde os restolhos eram destinados à comunidade, as autoridades costumavam proibir o uso da foice, uma vez que esta os cortava a uma altura muito baixa.

Além disso, para essa sua nova função houve problemas de adaptação quanto ao seu uso, relacionados ao habituar-se aos novos gestos de trabalho. Assim sendo, para o trabalho da colheita, a foice encontrou de início uma utilização muito restrita, figurando mais em países de agricultura avançada onde havia o problema da mão-de-obra.

#### 6.5.4 UTENSÍLIOS E TÉCNICAS AGRÍCOLAS PARA A DEBULHADA

Para o trabalho de debulhar os cereais, a grande novidade na Idade Média foi certamente a difusão do *fléau* (*flagellum*). Tratava-se basicamente de um aperfeiçoamento do antigo “bastão de bater” (*bâton à battre*) que, surgido por volta do século IV, tomou enfim o lugar deste por toda a Europa Ocidental temperada. Exceção feita à zona mediterrânea, substituiu também, ou se combinou, a uma forma mais antiga de debulhar os cereais: o pisoteio por animais.

Quanto à fabricação do *fléau*, apresentava-se esta de fato pouco custosa, podendo ser facilmente empreendida pela indústria doméstica rural. Além disso, condizia mais com a pequena exploração da terra, sobretudo em razão da menor quantidade de cereais colhidos.

Ademais, havia duas maneiras de se proceder à debulhada: ao ar livre ou dentro de um galpão, ambas realizadas em eiras coletivas ou individuais. Devido à preponderância do clima temperado e úmido da Europa Ocidental, o ideal era fazer o trabalho dentro de um galpão, sobretudo devido aos ganhos de produtividade no aproveitamento do cereal. Porém, em razão da pobreza dos camponeses, sobretudo no início da Idade Média, estes geralmente não dispunham de tal.

#### 6.6 EVOLUÇÃO NO CULTIVO DE PLANTAS

Quanto ao cultivo de plantas ocorreu no geral uma considerável evolução qualitativa, no sentido da inclusão de novas espécies ou, ainda, de uma melhora nas espécies existentes (sobretudo no caso dos cereais). Assim, ao passo que se atingia

um nível de produção relativamente mais abundante e estável, com diminuição dos riscos de colheita, iniciava-se então um processo qualitativo tanto de melhoria quanto de diversificação das plantas cultivadas.

No início da Idade Média cultivava-se tipos de trigo (e outros cereais) que, embora de qualidade inferior, mostravam-se mais produtivos, dando rendimentos mais regulares. Entretanto, no momento em que se passou a gozar de progressos na agricultura, começou mais a se difundir, por exemplo, o trigo tenro comum. Este, por sua vez, era aquele que, dentre os cereais, fornecia a melhor farinha para a panificação, porém apresentava também uma maior suscetibilidade a pragas, exceção feita para o tipos melhorados posteriormente. Difundiu-se, em grande medida, por toda a Europa Ocidental temperada.

Também, ao passo que progredia a agricultura, se introduziu e difundiu dois novos tipos de cereais: a aveia, cultivada como cereal de primavera, e o centeio, cultivado como cereal de inverno. Antigamente vinham cultivados acidentalmente, em meio a outras culturas, mas, em virtude de certas condições climáticas e por se revelarem mais resistentes, tornaram-se enfim cereais de cultura independente, suplantando os anteriores. A aveia, por sua vez, foi cada vez mais empregada na alimentação dos cavalos, não cessando de se alastrar ali onde o uso destes se difundia com maior frequência.

Por outro lado, às margens dos campos de cereais, desenvolviam-se as culturas secundárias (sobretudo nos últimos séculos da Idade Média), compostas basicamente por determinadas plantas para a alimentação do homem, dos animais ou, ainda, para as necessidades industriais (plantas têxteis e para a tintura).

Quanto à horticultura medieval, apresentava-se esta ainda totalmente arcaica e somente nos séculos XIV e XV é que atingiu um maior nível de desenvolvimento. Ao lado da batata, do feijão, do tomate, etc., também se passou a cultivar variedades já conhecidas de legumes e raízes ou, ainda, variedades novas.

Em relação a uma cultura extensiva de árvores frutíferas, foi praticamente inexistente no período medieval. Em geral, e durante muito tempo, se recolhia freqüentemente os frutos diretamente nas florestas e bosques.

Finalmente, quanto à cultura da uva, apresentou esta certos desenvolvimentos peculiares. Difundiu-se consideravelmente no período carolíngio, atingindo seus limites de expansão já ao final da Alta Idade Média. Produzia-se

sobre qualquer terreno (mesmo onde as chances de sucesso eram mínimas), isso em razão da crescente demanda da nobreza (eclesiástica e laica). Contudo, após um certo período de expansão, assistiu-se então a uma especialização na cultura, multiplicação dos vinhedos, evolução nas técnicas de cultivo e, também, adoção de espécies melhoradas, sobretudo nas regiões onde a uva se tinha melhor aclimatado.

## 6.7 CRIAÇÃO DE ANIMAIS

Durante um longo período após o início da Idade Média, a criação de animais permanecia ainda como uma riqueza mobiliária essencial de vários povos. Esta, por sua vez, vinha feita com base na livre exploração de recursos em abundância, fornecidos seja por pastos naturais, seja por bosques e florestas. Havia então uma grande facilidade para a criação de animais sob esse sistema.

Por outro lado, em florestas e bosques se praticava ainda, ao passo que se desenvolvia a cultura de cereais, a caça e a coleta de frutos selvagens. No início do período medieval observou-se portanto uma dieta basicamente composta por leite, queijo, carne, frutas, além de alguns cereais de cultura temporária.

Para o período seguinte, no geral, passaram a valer, para a utilização de bosques e florestas, direitos coletivos de uso. Entretanto, no início, não se alterou em muito o sistema anterior, pois da mesma forma se continuava a explorar a floresta e a economizar esforços na criação de animais. Porém, tais condições favoráveis à população camponesa não se perpetuaram.

Em virtude de um arroteamento progressivo sob novas terras, chegou-se enfim a um limite de expansão do sistema. Então, a ocorrência de uma exploração desmesurada acabou levando à destruição profunda das riquezas naturais. A partir desse momento, iniciaram-se disputas entre a nobreza feudal e o campesinato, o que levou então ao fim dos direitos de uso das florestas e conseqüentemente a uma desorganização da pequena exploração. A criação de animais então passou a depender somente dos pastos cultivados.

Por fim, ao final da Idade Média, o desenvolvimento da criação passou não mais a satisfazer necessidades locais, mas servir de outro modo aos interesses relacionados a grandes transações comerciais.

## 6.8 TÉCNICAS DE ADUBAÇÃO

Devido ao fato de os rebanhos normalmente procurarem seu alimento em bosques e prados naturais, uma boa parte das dejeções se acabava perdendo ou adubando insuficientemente os campos (a menos que os animais fossem colocados em um local cercado).

Desse modo não se podia estercar todas as terras em pousio, sendo costume precisar portanto quais superfícies seriam obrigatoriamente esterçadas. Por outro lado, de forma a se conseguir uma maior quantidade de adubo, era costume também interditar a venda do restolho, da palha e do feno.

Particularmente os agrônomos ingleses davam grande importância à questão dos adubos. Forneciam assim explicações detalhadas tanto sobre a preparação do esterco na herdade quanto sobre sua utilização segundo a natureza das terras. Recomendavam, por exemplo, de recolher do restolho, após a colheita, somente a parte necessária para manter os tetos das casas e de enterrar o restante com a charrua.

Particular técnica de adubação foi também a denominada “écobuage”: retirava-se primeiramente da camada superficial do solo os torrões de terra e a vegetação espontânea que ali se desenvolvia. Secava-se esses torrões e os levava ao forno para se meter fogo. Espalhava-se finalmente o produto da incineração à superfície do campo, fertilizando a terra. Tratava-se de um procedimento que provisoriamente propiciava boas colheitas, mas que lentamente acabava com o húmus natural do solo, empobrecendo-o gravemente.

## 6.9 TÉCNICAS DE IRRIGAÇÃO

Na Europa meridional os árabes desenvolveram em muito as culturas irrigadas, sendo também os principais responsáveis pela propagação e uso da “nora” (engenho de tirar água dos rios). Basicamente, adaptaram à antiga roda munida de uma série de potes, acionada pelo homem, um sistema de engrenagens que permitia a atrelagem de um animal de tiro.

Por outro lado, desenvolveram também as culturas irrigadas por meio de sistemas relativamente complicados de canais de derivação e inclusive mediante formas de organização coletiva para regularizar a distribuição de água.

Ademais, introduziram de fato, a partir dali onde se instalaram, as culturas tropicais, relacionadas a uma devida irrigação regular sobre superfícies extensas, como o algodão, a cana-de-açúcar, a laranja e principalmente o arroz.



## 7 ANÁLISE DOS INSTRUMENTOS DE PROPRIEDADE SENHORIAL

### 7.1 UTILIZAÇÃO DA PRENSA<sup>1</sup>

Herança da Antigüidade para a Idade Média são as prensas, cujos princípios básicos de funcionamento (e finalidades) se mantiveram os mesmos, recebendo no entanto importantes aperfeiçoamentos e soluções de engenharia.

Sua história apresenta-se estreitamente ligada à fabricação de um produto muito apreciado pelas mais altas camadas da sociedade, o vinho. Em razão disso, dispõe-se de material suficiente sobre sua evolução no decorrer dos séculos, espelhando assim nitidamente o desenvolvimento do nível técnico empreendido na agricultura como um todo.

Para a prensa pode-se observar diversas variantes que, no entanto, podem ser classificadas a partir de dois tipos fundamentais. São elas: a “prensa de alavanca” (*pressoir à arbre, Baumkelter*), invenção mais antiga, e a “prensa de parafuso central” (*pressoir à vis centrale, Spindelkelter*).

A forma mais elementar da prensa de alavanca foi aquela que apresentava uma simples alavanca sobre a qual se pesava um ou mais operadores. Desse tipo elementar chegou-se àquela que dispunha de uma pedra para então fazer peso sobre o fruto e, finalmente, àquela em que aparece um cabrestante (esta, o tipo de prensa legada à Idade Média).

Na prensa de alavanca com cabrestante, a alavanca vinha abaixada por meio de uma corda que, por sua vez, vinha enrolada ao redor de um tambor. Para se enrolar a corda, fazia-se girar o tambor por meio de uma pequena alavanca. A principal vantagem desse tipo de prensa estava relacionada às facilidades para sua construção. Por outro lado, apresentava o inconveniente de provocar muitos acidentes.

Um outro tipo de prensa de alavanca é aquela chamada “à grega”. Um parafuso girava à extremidade da alavanca levantando ao mesmo tempo uma massa de pedra fixa à sua parte inferior que, por seu lado, apresentava-se descolada do

---

<sup>1</sup> Texto baseado nas informações colhidas de Parain (1979, cap. 9).

solo. A manobra com o parafuso era mais rápida, eficiente e menos perigosa que aquela com o cabrestante.

Apresentou, esse último tipo de alavanca, diversos aperfeiçoamentos durante a Idade Média, porém aquele de maior importância foi o que fixava finalmente a extremidade inferior do parafuso à terra. Em relação ao tipo anterior onde a pressão vinha limitada pelo peso da pedra que o parafuso suspendia, não ocorria o mesmo com essa sua variante. Na de alavanca de parafuso fixo, por sua vez, inventada no decorrer do século XI, a prensa podia finalmente empregar toda sua força, reforçando a pressão exercida e, enfim, aumentando a produtividade.

Com relação à prensa de parafuso central, também um legado da Antigüidade, foi o último tipo de prensa antiga a fazer sua aparição, assim como o último tipo que mais sobreviveu, pois é dela que derivaram as primeiras prensas industriais com parafuso fixo.

Suas principais vantagens estavam relacionadas ao fato de ser menos volumosa e, decorrente disso, exigir barracões não necessariamente espaçosos. Apresentava, por outro lado, uma série de inconvenientes, relacionados estes principalmente à sua engenharia, que, entretanto, vinham sanados pela habilidade técnica da época, seja através de simples aperfeiçoamentos ou de complicados sistemas de engrenagem (maquinismo).

## 7.2 DIFUSÃO DO MOINHO D'ÁGUA<sup>1</sup>

Pode-se distinguir para o moinho d'água duas etapas de desenvolvimento: primeiramente o aparecimento do moinho de roda motriz horizontal e, em um segundo momento, o aparecimento do moinho de roda motriz vertical.

O moinho de roda motriz horizontal era constituído por um mecanismo muito mais simples que o vertical: a roda horizontal, quando posta em ação, acionava diretamente a mó que, por sua vez, triturava o grão. Apresentava as vantagens de ser de fácil construção e baixo custo, além de adaptável a lugares com fracos cursos d'água. Geralmente vinha construído junto a pequenas barragens (para o acúmulo

---

<sup>1</sup> Texto baseado nas informações colhidas de Parain (1979, cap. 11).

de água) e girava, no entanto, durante poucas horas. Por outro lado, apresentava o inconveniente de uma moagem irregular, além de uma fraca potência.

O moinho de roda motriz vertical apareceu como uma grande inovação. Basicamente utilizava um sistema de engrenagens que passava a acionar de forma indireta a mó, ou seja, de um modo que, ao final, gozava-se de maior eficiência. Sofreu uma série de aperfeiçoamentos para aumentar continuamente sua capacidade e, também, o aproveitamento da fonte de energia. Apareceram assim novos tipos de engrenagem, como também tornou-se, no decorrer do tempo, maior e mais potente. Por outro lado, com o moinho de roda motriz vertical, abriram-se as vias para uma utilização industrial mais abrangente (para além da produção de farinha), incluindo o trabalho do ferro.

Invenção da Antigüidade, surgida no século I a.C., o moinho d'água reflete um período da História de intenso dinamismo tecnológico. Fez parte de uma série de invenções que, ao final da República romana e início do Império, possibilitaram, por exemplo, a construção de aparatos hidráulicos de grande potencial.

Apesar disso, algumas dessas invenções encontraram uma ampla aplicação prática somente no período de auge do feudalismo. Foi o caso do moinho d'água. Conforme afirma Marc Bloch: "Invenção antiga, o moinho d'água é medieval quando da época de sua verdadeira expansão". Assim, de utilização restrita durante a Antigüidade, apresentou-se de outra forma compatível com as relações de produção feudais, difundindo-se amplamente durante esse período.

Quanto à sua difusão acelerada (sobretudo após o século X), esteve esta relacionada, basicamente, seja ao crescente consumo de pão de trigo, seja ao desenvolvimento da cultura de certos cereais que exigiam uma moagem mais eficiente. Por sua vez, tais razões indicavam um aumento no nível de vida da população, dados os progressos que ocorriam na agricultura.

Entretanto, apesar de um aumento significativo na quantidade de cereal destinado à moagem, não se procedia necessariamente à construção de um moinho d'água banal (pertencente ao senhor feudal). Muitas vezes, uma pequena comunidade podia satisfazer suas necessidades através da construção fácil e pouco custosa de moinhos de pequena dimensão. No entanto, para aquelas regiões mais desenvolvidas, onde o feudalismo imperava com força, difundiu-se com maior frequência o moinho banal, de grandes proporções.

Por si só, essas novas dimensões já representavam um considerável progresso em relação aos moinhos d'água da Antigüidade. Estes, por sua vez, além de menores, vinham movidos pela água de evacuação dos banhos ou ainda pelos aquedutos. Também, devido ao fato de não serem instalados sob a corrente de um rio, apresentavam pouca potência e um rendimento relativamente baixo.

Finalmente, para se compreender mais a fundo porque o moinho d'água teve um grande sucesso no período medieval, é necessário atentar principalmente às questões relacionadas à sua construção. Assim sendo, para a construção de um moinho d'água banal (de grandes dimensões), devia-se basicamente preencher dois requisitos: dispor tanto de uma extensão de território suficientemente ampla, quanto de uma mão-de-obra abundante disponível. Essas condições (e em especial a primeira), por sua vez, somente puderam ser satisfeitas durante o período do feudalismo.

Devido ao fato de ser instalado na derivação de um rio, graças à qual se controlava melhor a chegada de água (aumentando também a desnivelação), o moinho d'água exigia então a canalização de rios sobre longas distâncias. Assim, faziam-se necessários enormes trabalhos de aterramento e de transporte de terra.

Desse modo, para se empreender tais trabalhos, era necessário tanto haver proprietários de terra com domínios suficientemente amplos, quanto uma numerosa mão-de-obra servil obrigada a trabalhar.

Em relação ao sistema de latifúndio do Baixo Império romano, o feudalismo apresentava condições nitidamente mais favoráveis. O grande proprietário romano era mestre de vastas superfícies de terra, mas ordinariamente distribuídas em domínios dispersos, sendo também seus poderes de comando permanentemente limitados pela existência de um sólido poder central. Tudo isso, portanto, divergia da forma de propriedade feudal: vastas extensões de terra (contínua) e poder político descentralizado.

Por outro lado, havia a questão da mão-de-obra. O instrumento do qual o senhor feudal dispunha era a obrigação servil, mas esta nem sempre era facilmente empregável. Apesar disso, no caso do moinho d'água, os camponeses geralmente acolhiam com satisfação a instalação de um moinho banal, indispensável para melhorar suas condições, embora para isso fosse preciso despender uma grande quantidade de trabalho.

O camponês medieval, em relação ao escravo da Antigüidade, tinha perspectivas e esperanças de melhorar sua sorte. Por isso incluía em seu trabalho novas técnicas e equipamentos ao passo que abandonava outros (a mó de mão, por exemplo). Tinha também interesse em utilizar, mesmo ao preço de taxaões um pouco pesadas, um equipamento mecânico que seus próprios meios pessoais o impediam de possuir.

Portanto, satisfeitas essas condições, difundiu-se largamente o moinho d'água banal, sobretudo após o século X. Entretanto, houve um momento em que as relações de produção entravaram o seu desenvolvimento. A construção de um moinho d'água, no início, tendo em contrapartida um direito banal (além daqueles do forno e da prensa), caracterizava-se como uma solução benéfica para ambas as partes. Porém, a partir de um certo momento, novos aperfeiçoamentos se faziam necessários. O moinho d'água se tinha então tornado ineficiente diante de uma produção crescente. Mas, havia o monopólio intransigente dos senhores feudais. Assim, no lugar de reinvestir as taxas de banalidade, mantendo e melhorando o aparelho de produção, faziam destas uso sobretudo para despesas de luxo.

## 8 EVOLUÇÃO NOS TRANSPORTES

Antes de abordar especificamente a questão do comércio na Idade Média, e sua evolução frente aos excedentes gerados na agricultura, torna-se necessário apresentar, de antemão, as condições materiais e inovações nos transportes que, enfim, forneceram as bases e possibilitaram um avanço nas trocas.

À propósito, diga-se de passagem, também a própria efervescência por que passou o comércio europeu ocidental, após o século XI, contribuiu para avanços significativos relacionados tanto à abertura de novas rotas de comércio, quanto a aperfeiçoamentos nos meios de transporte.

Observa-se portanto, no período medieval, a prática do transporte de mercadorias seja por via terrestre, seja por via fluvial ou marítima. Às vias terrestres, por sua vez, pode-se proceder a mais uma discriminação: em “estradas vicinais”, para o transporte de curta distância, ou em “estradas principais”, para o transporte de longa distância.

Assim, para o transporte agrícola e comercial a curtas distâncias, utilizava-se comumente as estradas vicinais. Estas (também caso existissem), por sua vez, apresentavam-se em péssimas e precárias condições de uso, o que levava forçosamente ao emprego de animais de carga (cavalo, mula ou jumento), ao transporte no dorso do homem (com cestos), ou ainda, por vezes, ao uso de um veículo primitivo: o trenó.

Utilizava-se também a *carreia* (*civière*, tabuleiro retangular com dois varais paralelos), além de uma sua variação posterior introduzida a partir do século XIII: a *carreta* de duas rodas (*brouette* ou *chivière roulleresse*). Esta última possibilitou um progresso considerável no transporte de pequenas cargas, excetuando logicamente aquele feito em regiões excessivamente acidentadas.

Por outro lado, ocorreu também a difusão da *carreta* de quatro rodas (com capacidade três vezes maior que a anterior) que vem, da mesma forma, utilizada no transporte de produtos agrícolas entre os domínios. Sua maior utilização para o comércio foi, por sua vez, condicionada pelo aperfeiçoamento na atrelagem do cavalo, ocorrido por volta do século X. Sendo assim, podia-se simplesmente transportar cargas mais pesadas, além de cobrir maiores distâncias. Basicamente, transportava-se produtos agrícolas, madeira, pedras, etc.

Quanto às estradas principais, ocorreu durante toda a Idade Média trabalhos para uma sua ampliação (a partir das velhas estradas romanas) e trabalhos de reparação, além da construção de novas pontes. Por outro lado, observou-se também um desenvolvimento contínuo de hospedarias para viajantes.

Apesar disso tudo, deve-se enfatizar que o transporte na Idade Média, e em especial o terrestre, era um serviço relativamente custoso: desperdiçava tempo, equipamento e mão-de-obra. Por outro lado, havia o problema da cobrança crescente de pedágios (a partir do século X, sobretudo na França e Alemanha) que, por um lado, encarecia consideravelmente o transporte a longas distâncias e, por outro, forçava a existência tão-somente de um comércio local, condicionando assim o feudalismo a uma auto-suficiência econômica.

Contudo, a despeito dessas dificuldades, o transporte terrestre de mercadorias se efetuava e tomava proporções cada vez maiores, seja a partir da abertura de novas estradas, seja a partir de aperfeiçoamentos nos meios de transporte. Porém, em detrimento dos transportes terrestres, “(...) o mercador medieval preferia transportar suas mercadorias em barcaças ao longo dos rios ou em embarcações maiores ao longo do litoral europeu, ou mesmo, esporadicamente, além das águas costeiras. Naquela época, como atualmente, o transporte por via fluvial ou marítima era mais barato do que por via terrestre e o tráfego de mercadorias pesadas só era possível onde aquele tipo de transporte estava disponível. (HODGETT, 1975, p. 131)”.

Assim, observou-se, no período medieval, a utilização preferencial, ou em último caso complementar, das rotas fluviais ou marítimas em relação às terrestres.

Quanto ao transporte marítimo (de considerável expansão a partir do século XII), encontrou-se muito difundido o *cogue*, um tipo de navio mercante grande e arredondado. Sofreu este diversos aperfeiçoamentos e adaptações. Ao final da Idade Média apresentava um maior comprimento e conseqüentemente uma maior capacidade de carga.

À propósito, passou-se no século XIV ao uso de uma bússola mais aperfeiçoada. Assim, quando da sua difusão, em razão de um cálculo mais preciso da posição das embarcações, possibilitou-se tanto o cumprimento de rotas mais regulares, como de uma navegação mais em alto mar.

Em relação ao transporte fluvial, vinha feito este basicamente por um tipo de barca medieval aparentemente padronizada para o período. Entretanto, em se tratando estritamente de inovações técnicas, foi de grande importância para o comércio, a partir de fins do século XII, o desenvolvimento das eclusas.

Havia, para o tráfego fluvial, o empecilho das represas nos rios. Em um primeiro momento, procedia-se à construção de planos inclinados, através dos quais se arrastava as embarcações para um nível mais alto, podendo assim seguir livre curso. Entretanto, desenvolveram-se mais tarde as eclusas. Essencialmente permitiam, através de um sistema de comportas, vencer a diferença de nível existente em um rio ou canal. As eclusas, por sua vez, sofreram também diversas e importantes modificações, principalmente no decorrer do século XV.



## 9 FORÇAS PRODUTIVAS FEUDAIS EM PROCESSO

Quanto mais se procede a análise do desenvolvimento das forças produtivas sob o feudalismo, mais se percebe a íntima relação de conjunto entre os seus mais diversos elementos. Cada evolução particular, nesse sentido, somente se torna inteligível se for considerada dentro de uma totalidade. Essa totalidade é por sua vez definida como o “nível geral de desenvolvimento das forças produtivas”. Enquanto que esta, por um lado, sofre a ação das evoluções particulares, por outro também as determina.

Certamente as forças produtivas em processo de mudança se contrapõem a todo instante às relações de propriedade existentes. Estas últimas, por sua vez, atuam no sentido de colocar obstáculos ao livre desenvolvimento das primeiras, mas, entretanto, não as imobilizam. As forças produtivas de uma sociedade específica como a feudal certamente foram condicionadas, mas nunca interrompidas em seu curso evolutivo, apesar da insistência em se vislumbrar um sistema estático. **Determinaram** sobremaneira o rumo dos acontecimentos, a partir de seus peculiares desenvolvimentos, revolucionando os métodos da agricultura.

Enquanto que o desenvolvimento das forças produtivas provocaria, inevitavelmente, uma transformação geral nas relações de produção, estas últimas também teriam atuado, anteriormente, de uma maneira que se poderia qualificar de determinante. Nesse sentido, pôde-se observar que, em casos específicos, quando da implementação de certas inovações, estas se apresentavam, por assim dizer, condicionadas diretamente pelas bases de propriedade feudal.

O caso do moinho d'água, difundido somente ao final da Alta Idade Média, ilustra bem essa questão. **Para** a construção de um moinho d'água, exigia-se tanto a propriedade de um contínuo e vasto domínio (para a canalização das águas), quanto a disposição de uma numerosa mão-de-obra servil. **Ou** seja, enquanto o senhorio tinha seus direitos sobre as terras e dependia somente do emprego do trabalho, os camponeses eram a própria força de trabalho mas não se sujeitavam à empresa. **Porém**, ao passo que a produção de cereais se intensificava, tornava-se cada vez mais necessário o emprego de um meio mais produtivo para a produção de farinha. Essa necessidade, por sua vez, surgiu no seio da massa camponesa que, enfim, se

propôs ao trabalho ao passo que surgia então mais uma taxa exclusiva de direito de uso para o senhor feudal.

Esse exemplo demonstra claramente como que (após um certo livre desenvolvimento geral das forças produtivas) se esbarra finalmente nas relações de propriedade e estas, em certa medida, determinam o curso e a função social de particulares inovações (no caso, levando um direito banal). Por outro lado, quando a propriedade senhoril da terra agregava a si novos direitos sobre novos meios de produção, contribuía ao mesmo tempo (ao passo que provocava a acumulação) para reforçar cada vez mais as contradições que finalmente a solapariam.

Há também outra questão interessante. No início, a construção de um moinho d'água banal atendia bem aos interesses da nobreza feudal, no sentido de que aumentava para esta suas fontes de renda. Entretanto, a partir do momento em que se faziam necessárias inversões de capital para reformar ou aumentar a capacidade do equipamento, o senhorio se mostrava um tanto indiferente.

Porém, houve um caso de exceção. A nobreza feudal (eclesiástica e laica) apresentava um certo interesse na construção e manutenção de um equipamento que produzia o que a ela interessava, como foi a prensa para a produção do vinho. Somente para esta atividade produtiva, de um bem de luxo para a época, é que se atendeu a novas inversões de capital, freqüentemente necessárias frente a um consumo crescente.

## 10 EFEITOS DO DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS FEUDAIS

A implementação do afolhamento trienal na zona temperada da Europa Ocidental foi visivelmente uma das inovações que mais condicionaram, ou ensejaram, mudanças nos métodos agrícolas. No geral, ao se passar do afolhamento bienal para o trienal, possibilitou-se um considerável aumento no volume de produção, em razão de um uso mais intensivo do solo. Resolvia-se também o problema da fertilidade da terra, deixando um campo em pousio durante um certo intervalo de tempo. Minimizava-se os riscos de péssimas colheitas (em razão do clima), repartindo-as sob dois diferentes períodos de tempo. Melhorava-se a repartição dos trabalhos agrícolas, no decorrer do ano, e desenvolvia-se uma nova organização do trabalho, o que levou ao regime de tipo regulamentado.

No momento em que se atingiu um determinado nível quantitativo na produção, permitiu-se então mudanças qualitativas que se refletiram sobretudo na alimentação da época. Ocorreu, por exemplo, um melhoramento nas espécies existentes de cereais, assim como se passou a cultivar largamente um tipo especial de trigo para a panificação. Ademais, difundiram-se outras espécies de cereais como a aveia e o centeio.

Somente com a passagem do afolhamento bienal para o trienal é que se tornou possível também a criação de cavalos em grande escala (garantida esta pelo maior cultivo da aveia) e, conseqüentemente, a substituição do boi, frente ao arado, para os trabalhos agrícolas.

Por outro lado, uma substituição sistemática somente ocorreu depois do desenvolvimento de um novo tipo de atrelagem para o cavalo. Ocorrido aquele, difundiu-se este por toda a Europa Ocidental, possibilitando então sua utilização, como animal de tiro, para um arado de rodas mais pesado, o que levou a um trabalho mais eficiente e com economia de tempo. De outro modo, e a partir disso, aumentou-se também a quantidade dos trabalhos de lavoura.

O arado, por sua vez, sofria lentos e constantes aperfeiçoamentos, o que finalmente levou ao aparecimento da aiveca fixa, ideal para o clima úmido da zona temperada. Como resultado do surgimento desta, melhorou-se em muito a produtividade do trabalho.

Passou-se também a utilizar grades (mais aperfeiçoadas) para novas finalidades, além daquelas já conhecidas desde os tempos romanos. Também, com a utilização crescente do cavalo como animal de tiro, obteve-se uma grande melhoria nos trabalhos agrícolas, atrelando este, no lugar do boi, à grade.

Finalmente, deve-se atentar também para certos desenvolvimentos nos transportes, viabilizando particularmente ao camponês comercializar o seu excedente, como, por exemplo, a utilização (além da carreia) da carreta de quatro rodas. Com esta se podia tanto transportar uma maior quantidade de cargas como, quando atrelada ao cavalo (o que dependia do aperfeiçoamento na atrelagem), levar cargas mais pesadas e mais adiante. Por outro lado, para longas distâncias, ocorreram melhorias no transporte fluvial, com o aparecimento das eclusas, e no transporte marítimo, com inovações nas embarcações e nas técnicas de navegação (aperfeiçoamento da bússola).

Portanto, todos esses aspectos do desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, inovações, aperfeiçoamentos, novos conhecimentos técnicos, nova organização do trabalho, enfim, tudo isso revolucionou os meios de produção, o que redundou em aumento considerável seja da produtividade do trabalho agrícola, seja da força produtiva do trabalho.

Esse aumento na produtividade, por sua vez, deixou mais tempo livre para o camponês, podendo este então se dedicar mais ao trabalho (para si mesmo) no campo ou na sua indústria doméstica rural. Chegou inclusive a permitir uma certa acumulação por parte do campesinato, o que levou, em alguns casos, a uma redução significativa do grau de dependência diante dos senhores feudais.

Nos casos em que se mantinha, conforme o direito consuetudinário, uma divisão rígida entre o tempo de trabalho necessário (para si) e o tempo de trabalho excedente (para o senhor feudal), ocorreu tal fenômeno que, no entanto, não chegou a propiciar ao camponês a compra da sua liberdade, pois essencialmente não afetava as bases da propriedade feudal, isto é, a propriedade da terra.

Apesar disso, ainda em relação ao produtor individual, dispondo então de um excedente em produtos agrícolas, pôde este comercializá-los nas feiras semanais com as comunidades e aldeias vizinhas. Esse fenômeno, por sua vez, alimentou em grande medida um tipo de comércio característico da Alta Idade Média que, cada vez mais regular, tomava grandes proporções.

## 11 COMUNIDADES URBANAS DA IDADE MÉDIA

### 11.1 HIPÓTESES SOBRE A ORIGEM DAS CIDADES MEDIEVAIS

A seguir virão apresentadas três hipóteses básicas sobre a origem das cidades medievais, partindo-se de uma classificação elaborada por Dobb (1983, p. 51-9). Essas três hipóteses, por sua vez, apresentam-se intimamente relacionadas, mas, no entanto, em se buscando uma “causa primeira” para a origem das cidades, a última (indicando a origem a partir da iniciativa da própria nobreza feudal) mostra-se como aquela mais provável e de maior relevância.

Em primeiro lugar, há a hipótese que atribui às cidades uma origem puramente rural. Haveria, em outras palavras, uma continuidade espacial entre a comunidade camponesa e aquela urbana. Assim, em razão de um aumento na densidade demográfica no campo, canalizaria-se tal excedente de população para subordinações administrativas rurais, o que viria a se constituir, mais tarde (a partir de desenvolvimentos posteriores), futuros núcleos urbanos.

Desse modo, e em virtude do fato dessa comunidade urbana crescer sob a proteção de um senhor feudal, permaneceriam ainda, em grande medida, as típicas relações de dependência anteriores. No entanto, posteriormente, em razão de uma localização propícia para tal, a prática do comércio, passando a se tornar uma atividade relevante para seus habitantes, acabaria por interferir, sobremaneira, nessas relações sociais.

Em segundo lugar, há a hipótese que vislumbra a origem das cidades a partir de acampamentos de caravanas de mercadores. Era prática comum, para os mercadores da Idade Média, viajar entre as diversas feiras e domínios formando caravanas, justamente no intuito de se proteger. Essas caravanas, por sua vez, assentavam acampamentos normalmente em uma antiga cidade romana ou, ainda, junto a algum castelo ou mosteiro medieval. Basicamente, vinham escolhidos tais lugares em virtude de certas condições favoráveis, como, por exemplo, a posição privilegiada no encontro de estradas (rotas comerciais) ou, a proteção oferecida junto a algum estabelecimento feudal.

A partir desses acampamentos começariam então a se desenvolver comunidades urbanas, de início essencialmente comerciais. No decorrer do tempo, aumentando em dimensão e influência, as mesmas passariam a gozar de certos privilégios e proteção especiais, vivendo, inclusive, com relativa liberdade frente à autoridade feudal. Por outro lado, ao passo que se fortaleciam, exigiriam cada vez mais um maior controle sobre o comércio local, o que levaria logicamente, em determinado momento, a um conflito direto de interesses.

Em terceiro lugar, há a hipótese que entende a origem das cidades como o resultado da intervenção direta de iniciativa própria feudal, relacionada esta principalmente ao direito de refúgio (*sauveté*) concedido pelas autoridades feudais.

Basicamente, esse direito de refúgio representava privilégios normalmente concedidos a todo indivíduo, comerciante ou artesão, que viesse se estabelecer ao redor das muralhas de um castelo ou mosteiro medieval. Esses lugares, por si só, apresentavam-se como que abrigos naturais (...) para peregrinos e fugitivos de todos os tipos, que viriam a constituir uma população (...) empenhada em ocupações subsidiárias para as quais o estabelecimento local criava um mercado” (DOBB, 1983, p. 55).

Esses privilégios, por sua vez, relacionavam-se a uma determinada proteção militar ou a uma certa situação favorável numa rota comercial existente, chegando ao ponto, inclusive, de propiciar um certo grau de liberdade frente à autoridade feudal.

Em contrapartida a esse direito, o senhor feudal, visando seus próprios interesses, instituíu um mercado para si, ao passo que criava novas fontes de renda mediante taxaço sobre o comércio local e artesanato. Por outro lado, além do controle comercial, chegava a administrar inclusive a própria produção artesanal, a qual também lhe interessava para comercializar seus produtos.

Esses agrupamentos urbanos, portanto, concentrariam grupos de comerciantes e artesãos ligados a uma ou, posteriormente, a várias propriedades senhoriais. Sua condição inicial foi, assim, de dependência e, entretanto, não sofriam ali os inconvenientes das relações feudais que ocorriam no campo. Por outro lado, essas comunidades urbanas desempenhavam o papel de absorção dos elementos da população camponesa colocados à margem e, desse modo, não mais

subordinados à autoridade feudal. Desenvolveram-se e ao longo do tempo passaram a empenhar-se na luta por mais direitos.

## 11.2 ATIVIDADE COMERCIAL E PRODUÇÃO ARTESANAL NAS CIDADES

O renascimento das cidades no período medieval, compreendido como um fenômeno de expansão econômica e política do próprio feudalismo, apresenta a indicação clara de que as primeiras comunidades urbanas feudais, direcionadas inicialmente para as atividades comerciais, representavam sobremaneira o fruto dos interesses da camada social dominante.

Os estabelecimentos feudais, e em especial a Igreja, sempre deram mostras de profundo interesse, tanto na coordenação inicial e posterior controle de um nascente comércio local, como, inclusive, na organização da produção artesanal em pequena escala (confirma isso a existência comum de oficinas sobretudo em mosteiros medievais).

Dessa forma, mediante o controle político-administrativo dessas primeiras comunidades urbanas, obtinham portanto uma valiosa nova fonte de renda, fruto esta de uma exploração deliberada mediante taxaço comercial tanto sobre o produto agrícola do campo, como, inclusive, sobre o produto artesanal da cidade.

Por outro lado, ao passo que progredia esse comércio local (troca crescente de produtos do campo contra artigos artesanais vendidos a varejo no mercado da cidade), vinha também começando a ser praticado, por pessoal especializado e a mando da própria nobreza, um comércio de longa distância.

Tratava de início esse, por sua vez, sobretudo da transação de mercadorias realizada entre os diversos domínios e posteriormente também entre os diversos mercados locais, tendo por objeto, por exemplo, vinhos, panos de lã, tinturas exóticas, artigos manufaturados, enfim, produtos de luxo de toda sorte que serviam para canalizar todo novo rendimento advindo da expansão agrícola.

De fato, deu-se sempre, para toda a Idade Média, uma crescente demanda por artigos considerados luxuosos, pois, procurava a nobreza feudal mediante seu consumo e ostentação, justificar sua própria posição na hierarquia social.

No que diz respeito a essa classe inicial de comerciantes, encarregada sobretudo de realizar a troca (de longa distância) dos excedentes da nobreza, gozou

esta, desde sempre, de certos privilégios e proteção especiais, assim como de uma relativa liberdade de ação e de direitos diante da autoridade feudal. Habitava ela, por sua vez, geralmente junto a castelos e mosteiros, originando ali o que se tornaria mais tarde uma típica comunidade urbana feudal, isto é, um burgo.

Então, ao passo que essa classe comercial de burgueses enriquecia (com a expansão do comércio de longa distância), mediante ganhos de monopólio, passava também, por outro lado, a controlar o próprio comércio local, o que acabava por gerar, desse modo, um contínuo conflito direto de interesses com a nobreza feudal.

Começaram então a surgir associações de comerciantes (guildas mercantis), que, lutando pelos seus próprios interesses, ansiavam grandemente pelo governo da cidade. Exigiam sobretudo maiores vantagens no controle do comércio local, se esforçando por regulamentá-lo em seu próprio proveito, assim como, de outro modo, procuraram mais tarde também tomar a si o controle sobre a produção artesanal.

Por outro lado, ao passo que tudo isso ocorria, emergia pouco a pouco nas cidades, junto à classe de comerciantes burgueses, uma nova classe de artesãos. Esses, por sua vez, começaram a produzir inicialmente (como mencionado) no interesse da própria nobreza e também, além disso, no intuito de suprir as necessidades da coletividade. Tratava-se de um grupo constituído sobretudo por camponeses recentemente livres e de posse de seus meios de trabalho, fabricando em pequena escala e vendendo no mercado o seu produto.

Estabelecia-se então, e reforçava-se continuamente, uma nova base econômica, divergente daquela feudal. Fundamentalmente, nessas cidades "(...) o modo de produção por elas consagrado no artesanato urbano representava uma forma de produção mercantil simples, de um tipo sem classe, camponês, onde os instrumentos utilizados eram de propriedade dos artesãos: uma forma que diferia do artesanato empreendido numa propriedade feudal apenas na medida em que o artesão fabricava seus artigos para vender num mercado e não os fabricava como obrigação de serviço para um senhor" (DOBB, 1983, p. 52).

Entretanto, nessa produção artesanal burguesa, em razão de uma ainda baixa produtividade do trabalho, além do tamanho reduzido dessas unidades produtivas, não havia ainda a possibilidade de uma significativa acumulação de riqueza e, conseqüentemente, uma garantia de liberdade à essa classe, muito



embora dentro da cidade, e exercendo suas atividades, gozasse esta desde sempre de certos direitos em relação à autoridade feudal.

No entanto, em se tratando da coletividade urbana (tomada como um todo), a grande maioria destas, desde o momento de sua fundação e constituição (no geral, século IX), encontrou-se subordinada politicamente a uma ou mais autoridades feudais. As “casas” da nobreza, como vinham conhecidas, exerciam de fato um poder político considerável.

Porém, a partir do momento em que começaram a prosperar essas comunidades urbanas, passaram também, inevitavelmente, a conquistar cada vez mais poder econômico e político, sendo que, dessa forma, “(...) solaparam a força da economia feudal, já que o controle econômico que elas agora exerciam permitia-lhes regular suas relações comerciais com o campo de forma a transferir para si o lucro desse comércio, que de outra maneira caberia ao príncipe, senhor ou *abbé* do lugar” (DOBB, 1983, p. 53). Em outros termos, e parafraseando Dobb, essas comunidades urbanas passaram, em determinado momento, da situação de servas a parasitas da economia feudal.

Resultado disso tudo foi que a própria nobreza feudal acabou sendo levada forçosamente a aliar-se a essa burguesia comercial, para mais tarde então constituir os primeiros Estados nacionais. Os interesses, tanto dessas burguesias como das monarquias, passaram então a ser solidários, inclusive mantendo, mais tarde, uma posição conservadora e se opondo, em determinado momento, às futuras revoluções burguesas que se fariam presentes no século XVIII.

### 11.3 RÁPIDO DESENVOLVIMENTO DAS CIDADES MEDIEVAIS

Finalmente, para se compreender as razões de ordem econômica que levaram ao rápido crescimento das cidades medievais (justamente nos séculos XIV e XV de crise social do feudalismo) no prejuízo da economia feudo-rural, torna-se necessário antes de tudo iniciar tratando do mecanismo (atuando junto à expansão agrícola) que, enfim, tornou possível o enriquecimento de uma burguesia mercantil.

Esse mecanismo, por sua vez, vinha relacionado à prática de um novo tipo de comércio. Em virtude de um desenvolvimento ainda insuficiente do mercado (para além daquele praticado localmente), havia um novo tipo de atividade comercial a ser

explorada, de longa distância e principalmente atacadista. Essa atividade, por seu lado, surgiu juntamente com uma nova classe de burgueses (dissociada da produção artesanal e unida mais tarde em corporações) que a ela se apresentava exclusivamente dedicada.

Então, ao passo que a produção agrícola (e em pequena medida a artesanal) se expandia, sendo levados seus produtos ao mercado, tal mecanismo comercial atuava no sentido de transferir toda essa riqueza para as mãos de uma burguesia mercantil. Essa, por sua vez, fazia isso basicamente ao adquirir poderes de monopólio sobre o comércio, interferindo nos preços e explorando as trocas de produtos entre os mais diversos mercados locais. Transformava, portanto, as relações de troca, nos seus negócios com produtores e consumidores, em sua própria vantagem. A economia feudo-rural (e camponeses e nobres a ela ligados) em franca expansão, de onde provinha o grosso do excedente gerado, passou a sofrer portanto, devido a esses preços de monopólio, sérias e consideráveis perdas.

#### 11.4 ESTABELECIMENTO DAS BASES PARA A PRODUÇÃO CAPITALISTA

Todo o desenvolvimento teórico exposto acima, relacionado ao renascimento das cidades, aborda precisamente uma fase muito importante do feudalismo. Trata-se do momento em que a classe dominante ela mesma, no intuito de fazer aumentar suas rendas, passou a interferir positivamente na formação inicial e no controle político-administrativo das primeiras comunidades urbanas feudais. No entanto, ao fazê-lo, criou as condições que, com o surgimento de uma burguesia mercantil livre, acabou enfim por levar o feudalismo à ruína.

Ao passo em que a nobreza feudal começava a fundar novas cidades segundo seus próprios interesses, passava-se enfim a uma nova fase em que a base da propriedade feudal, isto é, a terra, que anteriormente determinava toda uma série de direitos e deveres no campo, perdeu totalmente sua valia na cidade.

Apesar disso, de início, observou-se ainda a ingerência de um poder político forte, por parte da nobreza, decidindo sobremaneira o rumo dos acontecimentos. No entanto, essa nobreza, não se assentando mais sobre a propriedade da terra, base real para seus direitos e privilégios, passou constantemente a perder terreno para

uma burguesia comercial, à medida em que essas comunidades urbanas se desenvolviam.

O momento crucial de todo esse processo foi portanto aquele onde a nobreza feudal, em virtude da perda do controle político-administrativo da cidade e do comércio, foi levada forçosamente a aliar-se a essa nova classe privilegiada de burgueses. Esses, por sua vez, atuando no comércio a longa distância (e intermediando as trocas no atacado) paradoxalmente representavam no passado o interesse da própria feudalidade.

A partir daí, frente a uma expansão agrícola, seguiu-se uma fase de parasitismo do campo pela cidade, levando a uma série de conseqüências desastrosas para o primeiro, ou seja, aumento da miséria da população camponesa, migração em massa para as cidades, perda relativa do poder político da classe dominante e, enfim, a aliança da nobreza com a burguesia mercantil.

A cidade, por sua vez, podendo sustentar populações que não correspondiam ao que realmente produzia, oferecia as reais oportunidades para se instalar ali uma massa de camponeses colocada à margem, obrigada esta a dedicar-se de início à produção artesanal.

Enfim, evidencia-se aqui a maneira específica como se deu a transição do Modo de Produção Feudal para o capitalista. O feudalismo chegou a seu fim não porque seu desenvolvimento foi de certo modo impedido, mas precisamente porque chegou a desenvolver todas as suas potencialidades. As tendências intrínsecas do Modo de Produção Feudal (desenvolvimento das forças produtivas) e as iniciativas de defesa, pela classe dominante, dos seus interesses, levaram inexoravelmente o feudalismo aos seus limites.

Resultado disso tudo foi que lançou-se finalmente as bases da propriedade capitalista dos meios de produção, seja em um comércio suficientemente desenvolvido, seja em uma mão-de-obra numerosa colocada à margem. Assim, no momento preciso em que o artesão passou a organizar ele mesmo sua produção, (comprando no mercado os meios e a força de trabalho) e também a vendê-la, inaugurava-se enfim um novo período na história econômica.

## 12 BIBLIOGRAFIA

DOBB, Maurice Herbert. **A evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

DUBY, Georges. **Economia rural e vida no campo no ocidente medieval**. Lisboa: Edições 70, 1987.

HARNECKER, Marta. **El capital: conceptos fundamentales**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Argentina Editores, 1974.

HODGETT, Gerald A. J. **História social e econômica da Idade Média**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

MARX, Karl. **A acumulação primitiva do capital**. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

MARX, Karl. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1991.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl. **O capital, crítica da economia política, livro 3**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

PARAIN, Charles. **Outils ethnies et developpement historique**. Paris: Editions sociales, 1979.

PIRENNE, Henri. **Historia económica y social de la edad media**. México: Fondo de Cultura Económica, 1952.

SANTIAGO, Theo. **Do feudalismo ao capitalismo: uma discussão histórica**. São Paulo: Contexto, 1999.

SWEEZY, Paul M.; DOBB, Maurice H.; TAKAHASHI, H. K.; HILTON, Rodney; HILL, Christopher. **Do feudalismo ao capitalismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

VAN BATH, Bernard Slicher. **História agrária da Europa Ocidental (500 – 1850)**. Lisboa: Editorial Presença, 1960.